



Índice

- 01** Jogos Indígenas do Pará será lançado hoje
- 02** Negado seguimento a ação relativa a exploração mineral em área indígena
- 03** Indígenas cobram licença ambiental da BR 158 alegando passivo e impacto para suas comunidades
- 04** Indígenas de etnia do Paraguai vêm a UFGD para intercâmbio de experiências na FAIND
- 05** Série de reportagem premiada ressalta realidade de exclusão dos quilombolas, indígenas e ciganos
- 06** Supremo nega seguimento a ação sobre exploração mineral em área indígena cintalarga
- 07** Uesc realiza Congresso Movimentos Sociais na terça, 19
- 08** Indígenas do Amazonas têm cultura e valores excluídos
- 09** Aldeia registra maioria de casos de gripe H3N2 em Caarapó, MS
- 10** Mais indígenas isolados emergem no Brasil fugindo de ataques no Peru
- 11** Comunidade indígena Wichí denuncia ataque violento da polícia
- 12** Questão indígena esquentada disputa eleitoral em Roraima
- 13** Povos Indígenas ressurgidos: I Encontro Amazônico dos Povos Indígenas



Resistentes

- 14** MEC seleciona propostas de cursos e projetos no ensino superior
- 15** Índios aprendem a tocar violão e a usar computador no interior do Acre
- 16** Os indígenas estão a ser massacrados
- 17** Parceria entre Emater e Pará Rural leva desenvolvimento aos ribeirinhos de Bagre
- 18** Indígenas fecham rodovia e cobram pedágio
- 19** Indígenas, agricultores e sem terra protestam na Feira do Garimpeiro
- 20** RJ – Vitória! “Justiça determina que Petrobrás indenize pescadores por obras na Baía de Guanabara entre 2007 e 2009”
- 21** Curso capacita sobre gestão ambiental de terras indígenas
- 22** Descuidada reserva indígena Maraiwatsédé vira cinzas na antiga gleba Suiá Missú
- 23** Incra reconhece terras de quilombolas em Vitória da Conquista (BA)
- 24** Povo das Águas detecta problemas recorrentes e elabora projeto para atender ribeirinhos
- 25** Pesquisadores da USP desenvolvem máquina de gelo solar
- 26** Rodrigo assina ordem de serviço para construção da rampa do rio Tarauacá
- 27** #Eleições2014 Marina Silva e a Questão Indígena: o que pode vir por aí?
- 28** Agricultores expulsos pela Funai de área demarcada no Maranhão foram enganados por Gilberto Carvalho
- 29** Lins, SP, inaugura museu com acervo arqueológico indígena



Jogos Indígenas do Pará será lançado hoje

SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 16.08.2014

Neste sábado (16), às 19 horas, na praça de Marudá, distrito do município de Marapanim, região nordeste do Estado, será feito o lançamento oficial dos IV Jogos Tradicionais Indígenas dos Pará, um dos eventos mais emblemáticos da cultura, tradição e esporte paraense, que está de volta e cheio de renovação.

A quarta edição dos Jogos Indígenas ocorrerá na praia de Marudá, no período de 4 a 10 de setembro deste ano.

Os IV Jogos Tradicionais Indígenas terão a participação de cerca de 600 atletas indígenas de 13 etnias do Pará. Cada etnia participará com uma equipe máxima de 30 pessoas. São elas: Aikewara, Arawete, Assurini do Tocantins, Assurini do Xingu, Gavião Kykatejê, Gavião Parkatejê, Guarani, Kayapó, Munduruku, Parakanã, Tembê, Xikrin e Wai Wai.

As etnias convidadas são os Pataxó, do Estado da Bahia, e os Xerente, do Tocantins. Os Pataxós são os mesmos que ficaram amigos e dançaram com os jogadores da Seleção de Futebol Alemã, que ficaram hospedados em Santa Cruz Cabralia, na região sul do estado baiano, bem próximo a aldeia dos indígenas, durante os preparativos para a Copa do Mundo.

(Agência Pará)



Negado seguimento a ação relativa a exploração mineral em área indígena

SÍTIO JORNAL RONDÔNIA VIP, 16.08.2014

Não cabe ao Supremo Tribunal Federal (STF) atribuir ou retirar o efeito suspensivo de recurso extraordinário ainda não admitido pelo tribunal de origem. Esse entendimento foi adotado pela ministra Cármen Lúcia para negar seguimento à ação que trata da exploração mineral de área habitada pelos índios Cinta Larga, em Rondônia.

Na Ação Cautelar (AC) 3686, o Ministério Público Federal questiona decisão proferida pelo vice-presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), que atribuiu efeito suspensivo a recurso extraordinário. O recurso ainda estava pendente de exame de admissibilidade pelo TRF, a fim de ser encaminhado ao STF.

O recurso extraordinário em questão contesta decisão do TRF que resultou no cancelamento de autorizações de lavra ou pesquisa mineral na região habitada pelos índios Cinta Larga. O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) ajuizou no TRF recurso extraordinário para questionar a decisão, e em ação cautelar no próprio TRF, obteve a atribuição de efeito suspensivo ao recurso. Com isso, foram suspensas as decisões de primeira e segunda instância contrárias às autorizações para exploração mineral.

Jurisprudência

A ministra Cármen Lúcia citou em sua decisão a Súmula 634 do STF, segundo a qual não compete ao Supremo a atribuição do efeito suspensivo a recurso extraordinário pendente de juízo de admissibilidade. Citou também a súmula 635, segundo a qual essa decisão cabe ao presidente do tribunal de origem. A competência do STF para análise de ação cautelar para atribuir efeito suspensivo a RE "instaura-se após o juízo de admissibilidade do recurso pelo Tribunal a quo, o que não ocorreu na espécie", concluiu a relatora.

Fonte:STF



Indígenas cobram licença ambiental da BR 158 alegando passivo e impacto para suas comunidades

SÍTIO REPÓRTER DO ARAGUAIA, 16.08.2014

A BR 158 no trecho que cruza Mato Grosso está com um sério problema, ainda não possui licenciamento ambiental, e os índios Xavantes cobram essa licença e cobra a indenização do passivo dos longos anos que se traduziu em impactos significativos, principalmente para as comunidades indígenas ao longo da rodovia que corta 05 aldeias dos Xavantes e uma dos Bororos próximo a Barra do Garças.

O problema foi discutido em uma reunião realizada pelo Ministério Público Federal com a Polícia Federal, representantes da Funai, da Superintendência de Assuntos Indígenas do Governo de Mato Grosso e cerca de 40 representantes das etnias Xavantes e Bororo.

Segundo os indígenas existe a necessidade de postos de fiscalização, sinalização, passarelas para pedestres e a fiscalização permanente do Ibama e da Funai.

Outra rodovia que apresenta sério problema é a 070, a morosidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) é alvo de uma investigação pelo Ministério Público Federal de Barra do Garças através de um inquérito civil público, ou seja, qualquer cidadão pode ter acesso ao processo.

De acordo com o superintendente da PRF em Mato Grosso, Arthur Nogueira, "a inércia de outros órgãos na solução de problemas recaem na Polícia Rodoviária Federal quando, por exemplo, indígenas bloqueiam a rodovia como ato de reivindicação ou acidentes são causados pela falta de sinalização". Cerca de 400 pessoas morreram em acidentes em rodovias em Mato Grosso em 2013. Em junho de 2014 foram 21 mortes.

O MPF estuda expedir recomendações ao Dnit para que providencie emergencialmente à adequação da sinalização e outras obras de segurança, além da conclusão do processo de licenciamento ambiental das BRs 070 e 158. Ibama e Dnit foram convidados para a reunião, realizada pelo Ministério Público Federal, mas não enviaram representantes.

Fonte: Agencia da Noticia



Indígenas de etnia do Paraguai vêm a UFGD para intercâmbio de experiências na FAIND

SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 16.08.2014

Por: Folha de Dourados

Com o intuito de realizar o intercâmbio de saberes tradicionais e proporcionar experiências na construção de um currículo indígena diferenciado, o curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UFGD recebe na próxima semana uma delegação de integrantes da etnia Paí Tavyterã, do Paraguai.

O grupo, composto por 22 pessoas, vive na aldeia Yvy Pyte, em Pedro Juan Caballero, e em Dourados participa, na terça-feira (19), às 19 horas, de uma cerimônia em uma casa de reza na aldeia Jaguapiru, e na quarta-feira (20), a partir das 8 horas, de um encontro com estudantes da Faculdade Intercultural Indígena (FAIND).

A etnia Paí Tavyterã assim se autodenomina em alusão ao seu modo de ser religioso, pois "paí" seria o título com que os deuses e habitantes do paraíso se saúdam e "tavyterã" são os futuros habitantes do povoado do centro da Terra.

A iniciativa de trazê-los para estar em contato com os alunos das etnias Guarani e Kaiowá que estudam na UFGD é dos professores Levi Marques, Neimar Machado de Souza e Eliel Benites. Para esse encontro, estão previstas conversas sobre temas importantes para as três comunidades como o "Jasuka Renda", que se trata do local sagrado, princípio filosófico, montanha que acreditam ser o centro do mundo e início da criação, além de debates sobre a construção de um currículo diferenciado.

Participarão do evento alunos da FAIND voltados à área de ciências humanas, mas o evento é aberto a toda a comunidade. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail: neimarsouza@ufgd.edu.br. O prédio da FAIND, onde será realizado o encontro, fica localizado na Unidade 2 da UFGD.



Série de reportagem premiada ressalta realidade de exclusão dos quilombolas, indígenas e ciganos

SÍTIO RÁDIO VERDES MARES, 16.08.2014

A série "Excluídos - Quilombolas/ Indígenas/ Ciganos" foi premiada segunda-feira (11), pela Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP)

Por: verdinha

A série "Excluídos – Quilombolas/ Indígenas/ Ciganos", publicada pelo Diário do Nordeste nos dias 31 de maio, 7 e 14 de junho de 2013, foi premiada segunda-feira (11), pela Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP). As reportagens veiculadas venceram o prêmio de Excelência Jornalística da SIP na categoria Direitos Humanos e Serviços à Sociedade.

O objetivo era mostrar a realidade das etnias em situação de maior vulnerabilidade. Após os levantamentos, foram criados os roteiros e os jornalistas viajaram 13.574km pelos nove estados do Nordeste.

O repórter Fernando Maia concedeu entrevista ao jornalista Evandro Nogueira, no programa "Sábado Show" deste sábado (16). Além dele, os repórteres Iracema Sales, Melquíades Júnior e a editora Maristela Crispim realizaram extensas pesquisas até chegarem aos três povos: os Quilombolas, os Indígenas e os Ciganos.

"Esse trabalho foi complicado em todos os aspectos. O que torna a coisa mais interessante para a gente jornalista. Quando eu tava pesquisando os quilombolas e os indígenas, me veio a ideia também de fazer trilogia relacionada com a questão desses povos e aí chegamos aos ciganos, e incorporamos para fazer a trilogia", esclarece Fernando.



Supremo nega seguimento a ação sobre exploração mineral em área indígena cinta-larga

SÍTIO RONDONOTICIAS, 16.08.2014

Brasília: Não cabe ao Supremo Tribunal Federal atribuir ou retirar efeito suspensivo de recurso extraordinário ainda não admitido pelo tribunal de origem. Esse foi o entendimento adotado pela ministra Cármen Lúcia para negar seguimento à ação que questiona o cancelamento da autorização para exploração mineral de área habitada pelo índios Cinta Larga, em Rondônia.

Na ação, o Ministério Público Federal contesta decisão proferida pela vice-presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Neuza Maria Alves da Silva, que atribuiu efeito suspensivo a recurso extraordinário, ainda pendente de exame de admissibilidade pelo TRF-1, a fim de ser encaminhado ao Supremo.

O recurso extraordinário em questão contesta decisão da corte federal que resultou no cancelamento de autorizações de lavra ou pesquisa mineral na região habitada pelos índios "cinta larga". O Departamento Nacional de Produção Mineral ajuizou a ação no TRF-1 para questionar a decisão e, em ação cautelar no próprio TRF-1, obteve a atribuição de efeito suspensivo ao recurso. Com isso, foram suspensas as decisões de primeira e segunda instância contrárias às autorizações para exploração mineral.

Em sua decisão, a ministra citou a Súmula 634 do Supremo, segundo a qual não compete ao tribunal a atribuição de efeito suspensivo a recurso extraordinário pendente de juízo de admissibilidade.

Citou também a Súmula 635, a qual dita que essa decisão cabe ao presidente do tribunal de origem. A competência do STF para análise de ação cautelar para atribuir efeito suspensivo a Recurso Extraordinário "instaura-se após o juízo de admissibilidade do recurso pelo Tribunal a quo, o que não ocorreu na espécie", concluiu a relatora. Com informações da Assessoria de Imprensa do STF.



Uesc realiza Congresso Movimentos Sociais na terça, 19

SÍTIO MUNICÍPIOS BAIANOS, 16.08.2014

O II Congresso Movimentos Sociais e Educação, com o tema Movimentos Sociais e Educação: a busca da unidade na diversidade será realizado na Universidade Estadual de Santa Cruz -UESC nos dias 19, 20, 21 e 22 .

O II Congresso é uma iniciativa do grupo de estudos Movimentos Sociais, Diversidade e Educação, que faz parte do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ciências Humanas - CEPECH, do Departamento de Ciências da Educação - DCIE.

O objetivo é promover o encontro com pesquisadores e educadores para socializar as pesquisas e experiências, bem como aprofundar o debate das temáticas que se entrecruzam nas relações dos movimentos sociais com a educação.

A Conferencia de abertura, terça-feira (19), 19h40min, será proferida pelo prof/Dr. Bernardo Mançano, (UNESP) abordando "Movimentos Sociais e Educação: a unidade na diversidade", no auditório do Centro de Arte e Cultura da Universidade.

De acordo com a professora/Dra. Julia Maria da Silva Oliveira, uma das coordenadoras do evento, "estima-se a presença de 600 participantes, entre pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação, militantes de movimentos sociais, organizações não governamentais (ONGs) e educadores da educação básica, educação do campo, educação no espaço não escolar, movimento social e sindical, educação de jovens e adultos, educação quilombola, educação indígena, coordenação e professores de educação do campo, quilombola e indígena (municipais e estaduais) e outras instituições de educação superior.

Ilhéus: Mais uma morte na zona de conflito

Um agricultor foi assassinado a tiros na região do Santana, em Ilhéus.

De acordo com informações, o corpo de José Francisco Santos Filho, de 39 anos, foi encontrado ao lado da moto pilotada pela vítima em uma região de plantação de café.

José Francisco é sobrinho do agricultor Adeilton Santos, que teve a sua propriedade invadida por supostos tupinambás, em 2013.

Adeilton ficou paraplégico após ter a casa incendiada e ser atingido por vários tiros.

A região onde o crime ocorreu é parte dos mais de 47 mil hectares disputados por fazendeiros, agricultores familiares e tupinambás.

Fonte: RBN



Indígenas do Amazonas têm cultura e valores excluídos

SÍTIO A CRÍTICA, 16.08.2014

Projetos econômicos para a região Amazônica deveriam levar em conta a cultura indígena, algo que nunca aconteceu no Estado

A valorização e a promoção do orgulho da cultura indígena devem pautar os projetos econômicos que promovam a autonomia e preservação das populações indígenas no Estado do Amazonas. Essa foi uma das conclusões do Seminário "Projetos Econômicos e Patrimônio Cultural Indígena" realizado ontem à tarde no auditório da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

O presidente do Conselho Geral das Tribos Sateré-Mawé (CGTSM), Obadias Batista, afirmou que uma das maiores provas da autodegradação da cultura indígena é a adoção de costumes de outros povos indígenas que nada tem a ver com sua cultura.

Exemplificou também como ataque a não preservação dos povos no Estado a venda de guaraná em pó na Feira de Artesanato da Praça Tenreiro Aranha produzido na Bahia e não pelo povo Sateré-Mawé. Para Obadias, a produção artesanal indígena jamais vai poder competir com a lógica capitalista e com o poder das indústrias que se apoderam dos produtos naturais.

"Na castanha, por exemplo, enquanto um índio quebra uma castanha, as máquinas das indústrias quebram várias ao mesmo tempo", declarou.

Para o líder dos Sateré-Mawé, a maneira do artesanato e gêneros alimentícios virarem instrumentos de sustento próprio para as populações e a agregação de valor ao produto. Para ele, o diferencial é a cultura indígena. "O indígena não tem que vender seu artesanato porque é pobrezinho e as pessoas vão comprar aquilo para ele se sustentar. Ele têm que vender o produto com orgulho de sua cultura", defendeu.

O secretário da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind), Bonifácio José Baniwa, afirmou que a produção de frutas, verduras e legumes dos indígenas no caminho até o consumidor perde toda a identidade do cultivo. "Quando chega na cidade, a produção dos indígenas é engolida pelas cooperativas. Ali não é mais a produção dos indígenas, é a dos produtores rurais. É como se fosse uma coisa só e não é", afirmou.

Obadias disse que a forma industrial de produção de alimentos chega nas aldeias provocando nos indígenas doenças e deterioração de suas culturas. "Os indígenas comem os alimentos industrializados. Na hora que sente um mal estar não quer mais o chá de erva cidreira do pajé, quer a química. Isso tudo representa perda da cultura indígena", declarou.

CONT.



Ele afirmou que os Sateré-Mawé experimentam outras possibilidades de formas econômicas lutando pela preservação da cultura. "É muito complicado porque as coisas oferecidas pelo homem branco chegam numa grande proporção e parecem boas. Mas não são. É bolsa família, todo tipo de bolsa que provoca nos indígenas o abandono da produção. Eles têm dinheiro, gastam com outras coisas e ainda assim passam fome. Isso está errado", diz Obadias.

Personagem: Pres. da Ass. de Ind. do Alto Solimões, Deulinda Prado

'É preciso incentivo'

A presidente da Associação das Mulheres Indígenas do Alto Solimões, Deulinda Prado, representou, no seminário de ontem, uma entidade que teve origem há duas décadas e reúne 54 mulheres de 10 etnias diferentes. As mulheres da associação vivem em áreas urbanas e comercializam artesanato produzido a partir da identidade cultural de suas aldeias. Deulinda afirmou que as artesãs indígenas precisam de incentivo para ampliarem suas possibilidades. Também relatou a dificuldade das indígenas que ainda vivem em aldeias no Alto Solimões aos tratamentos de saúde necessários oferecidos pela rede pública. "O acesso é complicado. As mulheres, após o parto, contam mais com a pajé que vai lá e as benze".

Dados do IBGE

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), até 2010, o Amazonas possuía 168.680 indígenas. São Gabriel da Cachoeira tem o maior número de pessoas que se identificam como indígenas, um total de 29.017 pessoas.

Secretário critica a Suframa

O secretário da Seind, Bonifácio Baniwa, criticou a falta de coerência no discurso de prorrogação do modelo econômico Zona Franca de Manaus (ZFM) e a não atenção no Conselho de Administração da Suframa aos projetos que beneficiem as populações indígenas.

"Temos projetos apresentados na Suframa há 5 anos. Mas não temos padrinhos políticos e não são analisados. A ZFM gera riquezas para as indústrias, mas elas não deixam nada aqui. Se perguntar para qualquer indígena o que a ZFM fez por eles, eles vão dizer que nada. É um modelo barriga de aluguel. Tem filhos, mas ele não fica com a mãe", declarou o secretário.

Bonifácio Baniwa criticou ainda o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) que é subaproveitado e poderia contribuir para a valorização do conhecimento indígena. "O CBA é um investimento de milhões, mas que não gera retorno para o Estado".

A professora-doutora Priscila Barbosa, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Ufam afirmou que os modelos econômicos e assistenciais podem ser formas de continuidade do processo de dominação dos povos indígenas.



Aldeia registra maioria de casos de gripe H3N2 em Caarapó, MS

SÍTIO G1, 16.08.2014

Segundo a SES, de dez casos confirmados, nove foram em indígenas. Agente de saúde indígena reclama de falta de estrutura para atendimento.

Mato Grosso do Sul registrou 499 notificações de gripe H3N2 em 2014. Campo Grande é o município com maior número de casos, seguido por Caarapó, onde a maioria dos casos foi registrada em indígenas da aldeia Tey Kuê, segundo a Secretaria Estadual de Saúde (SES).

Cerca de cinco mil indígenas da etnia guarany-kaiwá moram na aldeia. Conforme a SES, 30 pessoas foram internadas em Caarapó com suspeita da gripe. Desse total, dez casos foram confirmados, sendo nove em crianças indígenas.

Na aldeia, existem dois postos de saúde para atender os guarany-kaiwá. A técnica de enfermagem Ana Carolina Martins explica que quase todos os pacientes que procuram o atendimento apresentam o mesmo sintoma. O principal problema, segundo ela, é a demora em procurar atendimento médico.

O agente de saúde indígena Braz Villalba atende, em média, 80 famílias na região e diz que a falta de infraestrutura agrava os problemas de saúde. A TV Morena entrou em contato com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), mas não obteve retorno até a publicação desta reportagem.

O secretário de Saúde de Caarapó, Ireu Natal Barros, reconhece a falta de estrutura, mas afirma que o fato dos índios viverem tão próximos contribui para a transmissão do vírus Influenza. Ele afirma também que todos os indígenas são vacinados contra a gripe.

Gripe H3N2

O último boletim epidemiológico da Secretaria Estadual de Saúde, divulgado na quarta-feira (13), aponta que foram confirmados 41 casos da gripe H3N2 no estado. Em Campo Grande, são 16 registros da doença.

A H3N2 é conhecida como sazonal e a maioria dos casos é registrada no inverno e outono. Em 2014, foram registradas quatro mortes, sendo duas na capital sul-mato-grossense, uma em Dois Irmãos do Buriti e outra em Costa Rica.



Mais indígenas isolados emergem no Brasil fugindo de ataques no Peru

SÍTIO VERMELHO, 17.08.2014

Uma segunda onda de indígenas isolados totalmente vulneráveis tem estabelecido contato com comunidades na selva amazônica brasileira, apenas algumas semanas depois de que especialistas do Brasil disseram em tom de alarme a possibilidade de que ocorrerá o "genocídio e extermínio" de uma tribo isolada. Acredita-se que o grupo, formado por cerca de duas dezenas de indígenas, inclui homens, mulheres e crianças. Segundo informações, eles fugiam dos ataques de invasores no Peru.

Segundo o Ministério da Saúde brasileiro, os indígenas se encontram em bom estado de saúde e estão morando no posto governamental de monitoramento de "Xinane".

O contato ocorre à raiz de um incidente similar, que teve lugar no fim de junho de 2014, quando sete indígenas da mesma tribo estabeleceram contacto com a comunidade indígena sedentarizada asháninka e com agentes da Funai (Fundação Nacional do Índio), o departamento de assuntos indígenas do governo brasileiro, no Estado do Acre, junto à fronteira com o Peru. Os indígenas receberam tratamento médico de emergência por infecção respiratória aguda e foram mantidos brevemente em "quarentena", antes de que regressassem para a sua comunidade na selva.

Os investigadores criticam a falta de proteção das terras dos indígenas isolados no Peru, à raiz da informação facilitada pelos indígenas, que relatam terem sido atacados brutalmente e que seus familiares anciãos foram "massacrados" pelos invasores de sua terra; acredita-se que os atacantes poderiam ser traficantes de cocaína. Enquanto no último mês de março de 2014 as autoridades brasileiras e peruanas assinaram um acordo para trabalhar conjuntamente na proteção da terra dos povos indígenas isolados na região, os madeireiros ilegais, traficantes de drogas e as empresas de hidrocarbonetos seguem colocando as vidas dos indígenas isolados em perigo extremo de violência e enfermidades.

Um intérprete presente durante o primeiro contato disse: "A maioria dos mais velhos foram massacrados pelos brancos peruanos, que atiraram neles e incendiaram as casas dos isolados. Eles disseram que muitos mais velhos morreram e que chegaram a enterrar até três pessoas em uma mesma cova".

Nixiwaka Yawanawá, um indígena amazônico do estado do Acre, declarou: "Me entristece ver que meus familiares não contatados se encontram ameaçados de extermínio e que o Peru não tem assumido sua responsabilidade. Tanto as autoridades brasileiras como peruanas devem proporcionar o financiamento necessário para protegê-los, enquanto ainda temos tempo; de outro modo, mais pessoas inocentes serão aniquiladas às vistas da opinião pública internacional".

Carlos Travassos, diretor da unidade da Funai para indígenas isolados, declarou ao Amazonia

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 143 / 2014

Brasília, 18 de agosto de 2014.

Blog: "Essa poderá ser a última vez que vemos a esses jovens; amanhã poderão morrer de enfermidades ou tiros".

Os povos indígenas isolados são as sociedades mais vulneráveis do planeta. Têm muito pouca ou nenhuma imunidade frente a enfermidades comuns, como um resfriado, a gripe ou o sarampo, e poderão resultar aniquilados pela propagação de epidemias ou pela violência que exercem as pessoas que invadem sua terra.

Mais de 11.000 pessoas enviaram uma petição por e-mail chamando o Peru e o Brasil a protegerem as terras dos povos indígenas isolados, como uma questão de máxima urgência.

Stephen Corry, diretor da Survival International, movimento global pelos direitos dos povos indígenas e tribais, disse: "Os testemunhos desses indígenas acerca do assassinato de seus familiares e do incêndio de suas casas são desconcertantes. Aparentemente, essas ocorrências teriam acontecido no lado peruano da fronteira, provavelmente pelas mãos de madeireiros ilegais e traficantes de droga, cuja presença na região é conhecida há anos. O que necessita o governo peruano para proteger eficazmente o território desses povos?"

Fonte: Adital



Comunidade indígena Wichí denuncia ataque violento da polícia

SÍTIO VERMELHO, 17.08.2014

Os moradores do Território indígena Wichí, de Ramón Lista, em Potrillo, Formosa (Argentina), vivenciaram horas de terror. Na manhã do último dia 28 de julho, a pequena comunidade foi invadida por cerca de 70 policiais, que deixaram um rastro de violência, roubo, destruição, agressões e detenções arbitrárias. Somado a isso, médicos de Formosa se negaram a atenderem às crianças Wichí atacadas e, na delegacia, houve recusa no atendimento para denunciar a repressão policial.

Reprodução

Após os episódios, os indígenas realizaram atos para denunciarem a invasão e o descaso. Após os episódios, os indígenas realizaram atos para denunciarem a invasão e o descaso.

Informações do Serviço em Comunicação Intercultural – Servindi dão conta de que a invasão aconteceu um dia após os indígenas terem flagrado um homem, de nome Pila Tedin, cercado um pedaço de terra dentro do território indígena com sua família. A Associação de Povos Indígenas advertiu o homem e denunciou o caso à polícia, mas não obteve qualquer tipo de resposta. Assim, diante da falta de ação das autoridades, no dia 27 de julho, os indígenas retiraram a cerca com uma motosserra.

Na manhã do dia 28 de julho, 11 caminhonetes invadiram a Comunidade Cacique El Colorado. Os policiais que desceram dos carros dispararam contra as casas, depois entraram em algumas delas e retiraram as crianças à força. As quatro crianças maiores foram levadas para um dos carros e agredidas. Os adultos também sofreram agressões e alguns foram atingidos por armas de fogo.

Cinco homens, dentro eles os quatro irmãos Avelino (cacique da comunidade), Esteban, Manuel e Ricardo Tejada foram presos sob graves acusações, como roubo com arma de fogo, atentado e resistência à autoridade e obstrução de ato judicial. Por estar ferido, Ricardo estava internado no hospital de Formosa, mas se encontrava algemado à cama.

As esposas dos indígenas detidos foram à delegacia de Potrillo para reclamar sua libertação, mas elas sequer foram atendidas e não puderam registrar queixa sobre o que aconteceu. Enquanto todos estavam fora da comunidade, os invasores terminaram o trabalho de destruição e roubo dos pertences das famílias.

Ao recorrerem ao hospital de Formosa, mais descaso. Segundo denúncia de Rita Venturino, postada no site da Rede Latina Sin Fronteras, os médicos se recusaram a atenderem às crianças wichís, que foram agredidas durante a invasão. Nem mesmo as crianças que apresentavam cortes, contusões e inchaços receberam atendimento.

Após os episódios, os indígenas realizaram atos para denunciarem a invasão e o descaso. No último dia 4 de agosto, com o apoio e a solidariedade de organizações indígenas, estudantes

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 143 / 2014

Brasília, 18 de agosto de 2014.

universitários, trabalhadores e defensores de direitos humanos, foi realizada uma manifestação nas proximidades da Casa de Formosa, sede do governo da província, para denunciar a repressão policial e o plano sistemático de extermínio da população indígena. Também foi pedida a libertação de todos os indígenas presos arbitrariamente.

A Associação de Povos Indígenas denunciou que a "cruel e violenta" operação aconteceu em virtude das ordens de detenção e invasão dadas pelo juiz de Las Lomitas, Francisco Orella, e sob as instruções do ministro de Governo, Jorge González, violando a Lei Nacional de Emergência 26.160, que suspende as desocupações das terras ocupadas tradicionalmente pelas comunidades indígenas.

Fonte: Adital



Questão indígena esquentada disputa eleitoral em Roraima

SÍTIO CARTA CAPITAL, 17.08.2014

Denúncia feita pelo pajé Davi Kopenawa contra Romero Jucá (PMDB) é apenas o último capítulo de uma das mais acirradas disputas do país.

por Bruna Carvalho

Quando o pajé Davi Kopenawa pediu a palavra na cerimônia de encerramento da Festa Literária de Paraty (Flip) para denunciar as ameaças de morte que sofreu nos últimos meses, trouxe à tona uma série de questões inerentes ao embate político que hoje tem palco em Roraima. Davi se mostrou preocupado com a invasão de fazendeiros e garimpeiros na terra dos ianomâmis.

"Não quero repetir o que aconteceu há 40 anos com o meu amigo Chico Mendes", afirmou antes de acusar a família do senador Romero Jucá (PMDB-RR) de incentivar a prática de garimpo ilegal. "O filho dele mora em Roraima e está mandando os garimpeiros entrarem no estado. Nós, a Funai e a Associação Ianomâmi ficamos brigando com ele, pois ele não pode continuar destruindo a natureza."

Pouco depois dessas palavras serem proferidas diante da imprensa nacional e internacional presente no evento, o alvo das acusações se pronunciou. Romero Jucá, cujo filho Rodrigo disputa a eleição em Roraima como vice na chapa do governador Chico Rodrigues (PSB), disse no dia seguinte que a fala de Davi não passava de uma tentativa de promover a senadora Ângela Portela (PT-RR), adversária de Rodrigo na disputa.

"As declarações de Davi são irresponsáveis e mentirosas. Eu não tenho nada a ver com garimpo, o Rodrigo não tem nada a ver com garimpeiro", afirmou Jucá a CartaCapital. "A senadora Ângela e o Davi, que mandam na Funai de Roraima, deveriam estar mais preocupados com os índios que passam fome na periferia de Boa Vista do que com o banquete na Flip."

Ângela, por sua vez, classificou como "desrespeitosa e absurda" as considerações de seu adversário político em relação a Kopenawa. "A afirmação dele não me surpreende. Sempre que confrontado com algo que o incomoda, muda de assunto para tentar confundir o interlocutor e não ser obrigado a esclarecer os fatos", disse durante conversa com a reportagem. "É uma leviandade reduzir as alegações do líder ianomâmi a uma questão eleitoral. Jucá quer desviar o foco do debate, que é seu histórico de defesa da mineração nas terras indígenas de Roraima".

Briga antiga

A querela entre Jucá e representantes dos povos indígenas não é de hoje. Antes de se tornar

CONT.



senador, o senador presidiu a Funai entre 1986 e 1988 e foi acusado de ter recebido propina para permitir a ação de madeireiros em terras indígenas durante sua gestão. A denúncia, feita em 1995, entretanto, foi arquivada pelo então procurador-geral da República Geraldo Brindero e nunca chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Também é de autoria de Jucá o projeto de lei 1610/1996 que visa regulamentar a mineração, atividade de alto impacto ambiental, em terras indígenas. Críticos ao projeto argumentam que, caso seja aprovado, dará aos indígenas pouco – ou quase nenhum – poder de decisão prática para vetar pedidos de exploração de companhias mineradoras. Os indígenas defendem que o tema seja abordado no âmbito do Estatuto dos Povos Indígenas, que tramita em Brasília desde 1994 e prevê uma participação mais ampla dos nativos nas decisões finais.

Outra polêmica que cerca o projeto de lei de Jucá é o fato de a filha do senador, Marina Jucá, ser sócia majoritária da companhia Boa Vista Mineração Ltda, companhia que entrou nos últimos dois anos com 27 processos de requerimento de pesquisa em Roraima junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), autarquia que fiscaliza as atividades de mineração no território brasileiro. Questionado se não havia conflito de interesses, o senador negou, afirmando que inexistem requerimentos da empresa de sua filha que interfiram em terras indígenas.

Neudo Campos lidera

A questão da exploração mineira em terras indígenas será central nessa acirrada campanha eleitoral. Segundo pesquisa Ibope, Portela e Rodrigues estão empatados em segundo lugar, com 27% das intenções de voto. Os dois estão atrás de Neudo Campos (PP), que, apesar dos 32% da preferência do eleitorado, enfrenta incertezas em relação ao seu futuro na corrida eleitoral. O popular ex-governador é também um dos políticos com mais processos na Justiça. Na semana passada, teve o registro de sua candidatura indeferida pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RR) devido a uma condenação por peculato pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF) e pela rejeição das contas no TCU.

O tom utilizado entre os outros dois adversários políticos que disputam o poder em Roraima tem sido duro desde o início da campanha eleitoral. Já na homologação de sua candidatura, Ângela Portela comparou o jeito de fazer política da família Jucá em Roraima ao da família Sarney, no Maranhão. A comparação entre os dois clãs e seus dois homens fortes é recorrente em análises políticas: ambos são naturais de um estado, mas fizeram carreira política em outro (o maranhense Sarney no Amapá, o pernambucano Jucá em Roraima). Assim como fez o ex-presidente do Senado no Maranhão, Jucá garantiu a carreira política de sua família: Teresa Surita, ex-mulher de Jucá, está em seu quarto mandato na prefeitura de Boa Vista; Rodrigo, seu filho, antes de disputar a eleição como vice de Chico Rodrigues, foi deputado estadual.

Em defesa da candidatura de seu filho, Jucá condenou a comparação feita por Portela. Em nota divulgada em suas redes sociais, acusou a senadora de tentar esconder seu marido, o ex-governador e candidato a deputado estadual Flamarion Portela (PTC-RR). Eleito em 2002, Portela, então no PT, teve seu mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por crimes eleitorais de abuso do poder econômico e político. Pesavam também contra ele

CONT.



acusações de envolvimento no “escândalo dos gafanhotos”, esquema de contratação de funcionários fantasmas que desviou 230 milhões de reais dos cofres públicos de Roraima durante o governo de Neudo Campos.

Um estado indígena

Localizado no extremo norte do Brasil, fronteiro à Venezuela e à Guiana, Roraima tem uma história política conturbada. Com a maior população indígena proporcional do País - 49.637 em meio a uma população de 450.479, segundo o IBGE – o estado foi marcado por brigas entre indígenas e produtores, que se sentem historicamente prejudicados pela demarcação das reservas.

De acordo com o Instituto Socio Ambiental (ISA), existem 33 terras indígenas homologadas em Roraima, o equivalente a 46% do território do estado, dentre elas as maiores do Brasil em termos de população: a Yanomami (23 mil habitantes) e a Raposa Serra do Sol (21 mil habitantes). Também de acordo com o ISA, a Terra Indígena Yanomami, que sofre com o garimpo ilegal, é a mais assediada por requerimentos de exploração minerária. São 657 processos incidentes em 54,77% da terra indígena do pajé Davi Kopenawa.

Pouco conhecido no Brasil, Davi Kopenawa é considerado um dos principais porta-vozes da questão indígena em todo o mundo. Na infância, viu seu grupo de origem ser quase totalmente dizimado por epidemias de sarampo e gripe trazidas pelo contato com o homem branco. No final dos anos 80, uma corrida do ouro significou novo revés para o povo de Davi: sem imunidade, cerca de 1 mil indígenas morreram após uma invasão de garimpeiros. Estima-se que 40 mil pessoas tenham chegado às terras ianomâmis naquele período em busca de enriquecimento rápido através da extração do ouro.

Abraçado à luta pela sobrevivência dos indígenas e pela preservação da floresta, Davi foi um dos principais articuladores, em 1992, da demarcação da Terra Indígena Yanomami, uma área do tamanho de Pernambuco que ocupa parte de Roraima e Amazonas.

No mês passado, Davi Kopenawa foi à sede da Polícia Federal para denunciar as ameaças de morte que vinha sofrendo desde maio deste ano. Segundo o relatório protocolado na PF pela Hutukara Associação Yanomami, da qual Davi é presidente, garimpeiros foram ao encontro de Armino Góes, diretor da associação, em São Gabriel Cachoeira (AM) para avisar que “as pessoas que tiveram prejuízos com as operações de combate ao garimpo dentro da Terra Indígena Yanomami estavam buscando por Davi Kopenawa e que ele não chegaria vivo até o final do ano”.

Em junho, apesar das medidas de segurança adotadas pela associação, dois homens armados entraram na sede do Instituto Sócio Ambiental em Boa Vista e levaram do escritório computadores, celulares e aparelhos GPS. “A partir daí, motoqueiros são vistos rondando a sede da Hutukara e perguntando por Davi”, afirma o relatório assinado por Dario Vitorio Kopenawa, filho mais velho de Davi e diretor da Hutukara. Um dos criminosos que participou da ação foi preso e disse que o assalto havia sido encomendado por um homem ligado ao garimpo em Tumeremo, na Venezuela.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 143 / 2014

Brasília, 18 de agosto de 2014.

A Polícia Federal instaurou um inquérito para apurar os crimes relatados e requisitou reforço ao policiamento da região. Os indígenas acreditam que as recentes intimidações se devam à colaboração da Hutukara nas investigações de combate ao garimpo, como a Operação Xawara, deflagrada em julho de 2012. Na ocasião, após investigações da PF em conjunto com o Ministério Público Federal, cinco grupos criminosos foram identificados, aviões apreendidos e prisões decretadas.

Foi dias depois de denunciar as ameaças à Polícia Federal que Davi Kopenawa usou o palco da Flip para fazer um alerta aos riscos que rondam a Terra Indígena Yanomami, uma das mais relevantes em termos de proteção à biodiversidade amazônica.



Povos Indígenas ressurgidos: I Encontro Amazônico dos Povos Indígenas Resistentes
SÍTIO PRAVDA, 17.08.2014

Nós povos indígenas Mura, Munduruku, Munduruku-Cara-Preta, Tupinambá, Kambeba, Cumaruara, Arapium, Maitapu, Kayabi, Chiquitano, Migueleno, Xavante, Macuxi, Apolimarara, Nawa, Kujubim, Wayoro, Guarasugwe, Tucano, Tupaiu e Purubora, de regiões dos Estados do Acre, Amazonas, Pará, Roraima, Mato Grosso e Rondônia, em luta pelo reconhecimento étnico e territorial, reunidos no I Encontro Amazônico dos Povos Indígenas Resistentes, nos dias 08 a 10 de agosto de 2014 no Centro de Formação Xare, localizado no km 906 da BR 174, no município de Manaus/AM, partilhamos nossas lutas, conquistas e desafios e nos defrontamos com a realidade de desrespeito e ameaça aos nossos direitos.

Solicitamos que o direito ao autoreconhecimento étnico seja respeitado como critério fundamental para o reconhecimento da identidade indígena, conforme recomenda a Convenção 169 da OIT. Assim, não podemos depender de laudos antropológicos nem registros administrativos para podermos usufruir e ter acesso aos direitos garantidos aos povos indígenas.

Ainda, requeremos que a União Federal dê condições técnicas e financeiras a FUNAI para que inicie e/ou dê continuidade aos procedimentos de demarcação dos nossos territórios indígenas já reivindicados.

Em virtude da demora da União Federal em concluir os procedimentos de reconhecimento dos nossos territórios tradicionais, somos vítimas de invasores interessados em usurpar nossas riquezas naturais. Estas invasões permanentes geram insegurança a nossas comunidades e, muitas vezes, lideranças são ameaçadas de morte quando lutam pela efetivação de nossos direitos territoriais. Pedimos que a União Federal cumpra com o seu dever constitucional de proteção das Terras Indígenas, fiscalizando as áreas, para coibir a entrada de invasores em nossos territórios;

Há ainda a realidade de povos que foram expulsos de seus territórios tradicionais e hoje buscam sua reorganização e lutam pela retomada de seus territórios.

Exigimos que seja respeitado o direito a consulta livre, prévia e informada em relação às medidas administrativas e legislativas que nos afetem diretamente, bem como a participação das comunidades indígenas em todas as instâncias de decisão que envolvam estes procedimentos, como as pesquisas e lavras de minérios, prospecções de petróleo, mercado de créditos de carbono, projetos de infraestrutura, projetos de lei, propostas de emenda à Constituição e outros.

Em razão da falta de reconhecimento étnico e territorial, muitas vezes, dificulta-se e limita-se e até mesmo nega-se o acesso aos direitos a educação e a saúde diferenciada, que respeitem os usos, costumes e tradições de cada povo. Para isso é fundamental:

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 143 / 2014

Brasília, 18 de agosto de 2014.

O reconhecimento e a construção de escolas indígenas em nossas comunidades, que considerem a participação da comunidade indígena na definição do modelo de organização e gestão. É necessária a contratação e formação de professores indígenas, bem como o incentivo técnico e financeiro para produção de materiais didáticos a partir da realidade histórica, social e cultural de cada povo.

A inclusão de todas as nossas comunidades indígenas no sistema de atendimento da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) com as necessárias garantias de infraestrutura, recursos humanos, equipamentos, bem como o reconhecimento e a valorização de nossa medicina tradicional.

Somos povos resistentes. Lutaremos sempre, não desistiremos nunca!

Fonte: Blog do Lindomar Padilha



MEC seleciona propostas de cursos e projetos no ensino superior

SÍTIO VERMELHO, 17.08.2014

A promoção da igualdade racial, o combate ao racismo, a valorização da cultura e das línguas indígenas, a acessibilidade e a inclusão, a difusão da história e cultura afro-brasileira e indígena estão entre os temas de dois editais do Ministério da Educação (MEC) dirigidos a instituições de educação superior, públicas e comunitárias.

Reprodução

O primeiro vai selecionar 20 propostas de cursos preparatórios de estudantes para acesso à pós-graduação; o segundo apoiará 50 projetos conjuntos de pesquisa entre instituições brasileiras e estrangeiras, nos níveis de graduação-sanduíche e doutorado-sanduíche.

A ampliação das oportunidades de acesso à formação superior a estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades está nos objetivos do programa de inclusão à capacitação de estudantes, lançado pelo MEC em novembro de 2013. A seleção e o apoio a projetos de educação superior atendem a esse contexto.

Cursos preparatórios

De acordo com o Edital nº 1/2014, instituições de educação superior públicas federais, estaduais e municipais e comunitárias podem apresentar até três propostas de cursos preparatórios de candidatos a processos seletivos na pós-graduação.

O prazo de inscrição vai até 30 de setembro próximo. Cada projeto terá duração de dois anos — até 2016 —, com pelo menos uma turma por ano em cada instituição. A carga horária mínima dos cursos é de 180 horas.

De acordo com o edital, cada projeto receberá R\$ 200 mil — 50% do valor no primeiro ano.

Intercâmbio

O outro edital (nº 2/2014) refere-se à estruturação, fortalecimento e internacionalização de programas de pesquisa e pós-graduação e ao aumento do intercâmbio acadêmico entre instituições brasileiras e estrangeiras. De acordo com o documento, serão selecionadas até 50 propostas.

Todas as áreas do conhecimento podem concorrer, mas têm preferência na seleção as propostas de promoção da igualdade racial, combate ao racismo, estudo e valorização das especificidades socioculturais e linguísticas dos povos indígenas, acessibilidade e inclusão, difusão do conhecimento da história e cultura afro-brasileira e indígena.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 143 / 2014

Brasília, 18 de agosto de 2014.

O valor repassado será de R\$ 2,8 milhões por projeto. O prazo de inscrição vai até 19 de setembro. Cada projeto será contemplado com 14 bolsas de mobilidade internacional — dez bolsas de graduação-sanduíche, com duração de um a 12 meses, e quatro de doutorado-sanduíche, com duração de quatro a 12 meses.

As atividades nas instituições terão início em 2015, com prazo de dois anos e possibilidade de mais um.

Fonte: Ministério da Educação



Índios aprendem a tocar violão e a usar computador no interior do Acre

SÍTIO G1, 17.08.2014

Serei uma multiplicadora dentro da minha aldeia', diz índia de Feijó. Projeto atende comunidades urbanas, rurais e aldeias indígenas.

Vanísia Nery Do G1 AC



Rute Nascimento desenha pulseira com traços indígenas (Foto: Vanísia Nery/ G1)

Em Feijó, cidade distante cerca de 366 km de Rio Branco, um projeto vem mudando a realidade de crianças, jovens e adultos de comunidades rurais, urbanas e de aldeias indígenas do município. O projeto Mão Jovem, do Instituto Feijó Acre Oportunidade e Dignidade, com o apoio do Criança Esperança, leva a esse público aulas de violão, informática, artesanatos em madeira, fabricação de produtos de limpeza e derivados do chocolate. Desde que foi lançado em 2002, já atendeu mais de duas mil pessoas.

Rute Nascimento, de 13 anos, indígena da Aldeia Paroá, saiu de sua aldeia para morar com parentes que vivem na área rural, por dois meses, para concluir o curso de informática. No monitor do computador, uma pulseira com traços indígenas ganha forma.

"Estou desenhando uma pulseira que tem traços indígenas aqui no computador, e lá na aldeia vou fazer uma igual a essa com as cores verde, azul e vermelho", garante a aluna.

CONT.



Todo o curso é acompanhado pelos pais, sendo esse um requisito para a inscrição de crianças e jovens. De acordo com o professor de informática Jhonanthan Dourado, o aproveitamento das capacitações é de 95% e a desistência é quase nula.

“A dedicação desses alunos é essencial para o desenvolvimento do curso. Aqui eles aprendem a usar os programas do computador, desenvolvendo aplicativos, baixando músicas, fotos, vídeos, formatação de arquivos”, afirma.

O projeto conta com dez turmas, que juntas somam uma média de 170 alunos. Um dos cursos mais procurados é o de violão. Os estudantes aprendem as primeiras notas musicais, e em seguida iniciam as técnicas para aprender as músicas. Irene Brandão Kaxinawá, de 29 anos, tinha o sonho de tocar violão para poder levar os ensinamentos aos parentes na aldeia onde reside.

“Precisamos aprender a tocar violão para colocar em prática a música indígena. É necessário um som para acompanhar no momento que a gente canta nas aldeias e já ensinar nossos parentes, os filhos, os primos, os irmãos. Serei uma multiplicadora dentro da minha aldeia. Como tive a oportunidade de aprender aqui levarei para lá também”, enfatiza Irene.

Além dos estudantes vindos das aldeias que são atendidos pelo instituto, o projeto também leva as capacitações até as aldeias. De acordo com o diretor do instituto, Antonio Jarbas Dourado, no último mês o projeto levou capacitações de fabricação de produtos de limpeza para a Aldeia Formoso, localizada no Rio Envira, em Feijó.

“São quatro dias de viagem para chegar até a aldeia e realizar a oficina de produtos de limpeza lá, mas no final o resultado é gratificante”, acrescenta.

Para o diretor Jarbas Dourado, sem o Criança Esperança, que apoia o projeto pelo terceiro ano, não seria possível atender a comunidade de Feijó.

“Nosso principal objetivo é proporcionar lazer, especialmente à juventude tanto urbana como rural, além das comunidades indígenas que nós também atendemos. Se não fosse o Criança Esperança nós não teríamos esse projeto e o instituto deveria estar fechado”, diz o diretor do instituto Antonio Jarbas Dourado.

Os indígenas estão a ser massacrados
SÍTIO FÁTIMA MISSIONÁRIA, 17.08.2014



Boaventura Sousa Santos, diretor do Centro de Estudos Sociais (CES), explicou à FÁTIMA MISSIONÁRIA o quanto a humanidade tem a ganhar com a defesa dos povos indígenas

FÁTIMA MISSIONÁRIA Há quem defenda que Portugal tem uma dívida histórica para com os povos indígenas. O poder político devia ser mais interventivo nestas questões, designadamente junto da União Europeia?

Boaventura Sousa Santos Devia, mas não o está a fazer porque eu acho que a União Europeia está cada vez mais ao serviço do capitalismo internacional. Basta ver os interesses das multinacionais europeias que estão envolvidas no saque das matérias-primas da América Latina, não são apenas as americanas ou canadianas, são também as espanholas, as portuguesas. Como tal, não espero neste momento, em que as políticas de direita dominam a Europa, que estejam atentos a essa dívida histórica. Mas nós, aqui em Portugal, temos essa responsabilidade. Estamos no centro onde muito do pensamento colonial foi desenvolvido e agora queremos desenvolver aqui um pensamento descolonizador.

FM O que falta à sociedade para dar mais atenção aos povos indígenas?

BSS A sociedade sempre se alimentou no seu consumo e no seu modo de vida do saque dos povos indígenas. É preciso alterar os nossos padrões de consumo, os modos de vida, e por outro lado, nunca transformar os povos indígenas em ecologistas. Temos que encontrar uma forma de usar a natureza, sem abusar. Os povos indígenas sempre souberam usar sem abusar e é isso que temos que aprender deles. Não é por acaso que 75 por cento da biodiversidade do mundo está em território indígena. Portanto, se a biodiversidade é importante para o mundo, temos que defender as lutas indígenas, pelo bem da humanidade.



Parceria entre Emater e Pará Rural leva desenvolvimento aos ribeirinhos de Bagre
SÍTIO AGÊNCIA PARÁ DE NOTÍCIAS, 17.08.2014

Da Redação
Agência Pará de Notícias

Um termo de cooperação técnica firmado entre a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater) e o programa Pará Rural, no mês de julho, vai assegurar a 150 famílias ribeirinhas, de cinco comunidades do município de Bagre, no arquipélago do Marajó, o acesso a projetos de piscicultura e avicultura.

O objetivo com a parceria é levar desenvolvimento econômico aos extrativistas de açaí nativo, que terão acompanhamento técnico pelos próximos seis meses. As visitas técnicas para a efetiva implantação dos projetos iniciam já na próxima semana, prazo para a liberação do recurso que vai nortear as atividades de campo.

Serão beneficiados pequenos produtores das comunidades Cajari, Bom Jardim, Panaúba, Vila Nova e Taxi – esta última, a mais distante da sede do município, a três horas de barco. Ao todo, as visitas técnicas devem durar até quatro dias. “O barco será a nossa casa por esse período, já que fica inviável retornar para Bagre entre uma e outra visita”, explicou o técnico em agropecuária da Emater, Marinaldo Lobato.

Nas comunidades serão implantados projetos voltado à criação de peixe em tanques redes e a produção de aves em sistema semi-intensivo, técnica que reduz o tempo de engorda. O projeto, firmado na parceria, prevê a utilização de recursos avaliados em cerca de R\$ 45 mil. “Teremos que instalar uma granja para a criação do 'caipirão', já que os animais ficam soltos durante o dia e reclusos à noite, mas com suplementação de ração. Por isso reduzimos de seis meses para 45 dias o tempo de abate”, revelou o técnico da Emater. O montante que será empregado para o projeto também servirá para aquisição de ração para as duas atividades.

Pela parceria, cabe à Emater prestar assistência técnica e extensão rural às famílias atendidas, de forma que seja possível a garantia da inclusão desses extrativistas de açaí em modalidades produtivas que garantam viabilidade econômica para o desenvolvimento das comunidades. “Faremos a instalação das atividades e os acompanharemos até janeiro do próximo ano. Mas pela característica primordial das famílias ainda vamos oferecer orientações técnicas para o manejo do açaizal nativo”, afirma Marinaldo Lobato.

Kenny Teixeira
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará



Indígenas fecham rodovia e cobram pedágio

SÍTIO GAZETA DIGITAL, 17.08.2014

Priscilla Silva, redação do GD

Aproximadamente 200 indígenas da etnia Enawene iniciaram um bloqueio na BR- 174, no km 485, próximo ao rio Mutum na região de Comodoro, a 644 km de Cuiabá, neste domingo (17). O grupo reivindica a construção de uma ponte e também a manutenção de uma via que dá acesso à aldeia. Para passar pelo local, os motoristas precisam pagar pedágio de R\$ 100 para veículos de passeio, ônibus, caminhão e R\$ 50 para motocicletas.

Conforme a Polícia Rodoviária Federal (PRF), o bloqueio começou às 5h e não há previsão para liberação da via. Agentes encontram-se no local para orientar os motoristas que passam pela região.

De acordo com a PRF, os indígenas procuraram o Ministério Público Federal (MPF), no último dia 14 para queixarem da inércia das prefeituras dos municípios de Comodoro e Sapezal que 'ignoraram' o pedido de construção de uma ponte e cascalhamento de uma estrada que dá acesso à aldeia Halataikwa e outras cidades vizinhas.

Na ocasião, os indígenas alertaram para o fechamento da via e também da cobrança de pedágio na rodovia entre os dias 19 e 29 de agosto. O grupo informou que o valor arrecadado será destinado para as obras não realizadas pelas prefeituras. Porém, a PRF foi surpreendida com a antecipação do ato.

Consta da nota enviada pela PRF, que a manifestação teve início sem aviso prévio. "Pegou todos de surpresa e causou transtornos aos motoristas que desejam passar pelo local", escreve.



Boletim de Notícias - Edição nº 143 / 2014

Brasília, 18 de agosto de 2014.

Indígenas, agricultores e sem terra protestam na Feira do Garimpeiro

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 17.08.2014

Michel Sales

FolhaWeb

Representantes de entidades indígenas, agricultores e sem terra de Roraima estão reunidos nesta manhã na Feira do Garimpeiro, no bairro Asa Branca, zona Oeste de Boa Vista, realizando um protesto em favor de reformulações políticas para as classes.

Cerca de 50 pessoas fazem panfletagem, discursam, demonstram faixas e cartazes referindo a ação.

Com informações de Yasmin Guedes.



Boletim de Notícias - Edição nº 143 / 2014

Brasília, 18 de agosto de 2014.

RJ – Vitória! “Justiça determina que Petrobrás indenize pescadores por obras na Baía de Guanabara entre 2007 e 2009”

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.08.2014



IBDA – A justiça determinou no processo nº 0005161-16.2011.8.19.0029 que tramita na 1ª Vara Cível de Magé que a PETROBRÁS pague indenização a 96 famílias de pescadores artesanais atingidos pelas obras dos projetos GNL e GLP na Baía de Guanabara em até um salários mínimo mensal durante os 18 meses das obras, corrigido monetariamente e com juros de 1% ao mês a contar da citação, independente da prova da sua culpa. Segundo o juízo nexo causal ficou demonstrado pelo Estudo de Impacto Ambiental.

A Associação Homens do Mar da Baía de Guanabara – AHOMAR propôs o ICP junto ao MPF e acompanha a causa desde então.

A petição inicial do processo narra que o objeto da ACP é garantir o direito dos pescadores artesanais, em face da implementação de um gasoduto a fim de que sejam ressarcidos dos prejuízos causados. O ICP que originou a Ação foi instaurado em 27/4/2009 e apurou que a instalação do gasoduto causou a impossibilidade da atividade pesqueira na região estando tudo previsto no RIMA/EIA que instrui a petição inicial. Vamos acompanhar o caso e divulgar em nosso site.

Veja a íntegra da decisão: Sentença ACP 96 famílias

Fonte Sítio TJ/RJ

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Alexandre Anderson.



Curso capacita sobre gestão ambiental de terras indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.08.2014

Gestores de Roraima debateram e apresentaram alternativas para a região

Letícia Verdi - Ministério do Meio Ambiente

O curso básico de formação em Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) na Amazônia, em Roraima, chegou ao fim na sexta-feira (15/08). A representante da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Roseli Bueno de Andrade, participou do seminário de encerramento. "Buscamos contribuir com o debate sobre o programa de formação e a implementação da PNGATI na região", disse ela. O MMA apoia 14 projetos em Roraima, por meio do Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI).

Durante o seminário, os alunos apresentaram às instituições e aos parceiros presentes os resultados de seus trabalhos desenvolvidos de forma colaborativa ao longo do processo formativo, com o objetivo de implementar iniciativas de gestão territorial e ambiental de terras indígenas na região. O curso ocorreu no Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol, no município de Pacaraima (RR), a três horas de carro de Boa Vista.

PARCERIAS

O curso sobre PNGATI para gestores indígenas e não indígenas de Roraima é realizado desde maio de 2013, em turma de 30 alunos composta por gestores públicos da Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Universidade Federal de Roraima (UFRR) e indígenas dos povos Ingarikó, Macuxi, Sapará Taurepang, Wapichana, Yanomami e Ye'Kuana, vinculados a diferentes associações.

A iniciativa é do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), em parceria com MMA, Funai, ICMBio, Projeto GATI, GIZ, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e Conselho Indígena de Roraima (CIR).



Descuidada reserva indígena Maraiwatsédé vira cinzas na antiga gleba Suiá Missú
SÍTIO AGÊNCIA DA NOTÍCIA, 18.08.2014

Ainda segundo o Ibama, a região de Marãiwatsédé é a que mais preocupa o órgão ambiental no momento por conta da grande quantidade de focos

A reserva dos índios Xavantes Maraiwatsédé está praticamente toda queimada, segundo informou o Centro Especializado de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (Prevfogo/Ibama), que está monitorando a área.

A área foi desocupada ano passado pelos produtores rurais, com isso sem os cuidados especiais o capim e a vegetação cresceu desordenadamente, com o período de estiagem o fogo invadiu a reserva que está praticamente toda virada em cinzas.

O Instituto Nacional de Pesquisas e Estáticas (INPE) vai colocar Mato Grosso novamente em alerta devido a grande quantidade de focos de calor detectados no Estado, somente nas últimas semanas foram mais de 500 focos de calor.

Ainda segundo o Ibama, a região de Marãiwatsédé é a que mais preocupa o órgão ambiental no momento por conta da grande quantidade de focos. Porém o número já estaria reduzindo e os brigadistas já mantêm o controle do fogo. Não há ainda informações sobre a proporção do incêndio na área.

Atualmente 171 homens atuam em nove brigadas do Prevfogo em Mato Grosso. Deste total, quatro atuam em áreas indígenas. É visível a quantidade de área queimada, principalmente as margens da MT 322 e BR 158.



Incra reconhece terras de quilombolas em Vitória da Conquista (BA)

SÍTIO JORNAL BRASIL, 18.08.2014

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) reconheceu e declarou como terras das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Velame uma área de 1.874,17 hectares em Vitória da Conquista, no estado da Bahia. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira (18).

O processo de reconhecimento de uma terra para os quilombos é uma das principais medidas de resgate cultural e de autossuficiência dessas famílias que dependem, basicamente, de atividades econômicas agrícolas e de pesca e artesanato.

Para que seja feito o reconhecimento e titulação da terra, a própria comunidade abre o processo em uma superintendência do Incra em qualquer unidade federativa. A partir desse pedido, técnicos do órgão começam um estudo da área e divulgam um relatório que pode ser questionado por outras partes interessadas.

*Com informações da Imprensa Nacional

Fonte: Portal Brasil*



Povo das Águas detecta problemas recorrentes e elabora projeto para atender ribeirinhos

SÍTIO PREFEITURA DE CORUMBÁ, 18.08.2014

Com uma média superior a três procedimentos por paciente, os atendimentos odontológicos realizados nesta última edição do Programa Povo das Águas, que chegou às comunidades da região do Taquari na última semana, foram parte importante dentro da programação que levou, além de ações de Saúde, Assistência e Educação para a população ribeirinha.

O coordenador de Saúde Bucal de Corumbá, Cláudio Alencar, que integra equipe do Povo das Águas, contabilizou 101 pacientes e 349 procedimentos, desde os mais incisivos como extrações até os preventivos, incluindo aplicação de flúor.

Por serem comunidades que estão localizadas numa das regiões mais distante da área urbana de Corumbá, o acesso desses moradores a serviços para a saúde e bem-estar bucal, torna-se praticamente inacessível. Somado a isso, fatores culturais contribuem para lesões severas nas estruturas dos dentes.

“Infelizmente, ainda temos um grande número de extrações porque, nessas regiões, é pregada a utilização do dente até que ele estrague na boca. Muitas vezes, o trabalho preventivo não tem como surtir efeito porque a lesão é irreversível”, comentou Alencar ao revelar que já está em fase de aprovação um novo projeto intitulado “Prótese nas Águas”.

“Ele consistirá na levada de profissionais até essas pessoas para a confecção de próteses, a fim de devolver a saúde, a autoestima e todos os benefícios adquiridos com uma dentição completa”, comentou o coordenador.

Avanços

Entretanto, num comparativo com a faixa etária infantil, Cláudio observa avanços no trabalho realizado ao longo das várias edições do projeto Povo nas Águas. Ele se mostra bastante otimista com o quadro vislumbrado em várias comunidades.

“Acredito que evoluiu bastante. Ainda presenciamos casos de cáries e quadros de dor nos dentes, mas, de um modo geral, esse número reduziu sobretudo nas crianças, nessa nova geração de ribeirinhos que absorvem com maior facilidade as orientações preventivas sobre a correta escovação que sempre repassamos durante nossas visitas”, afirmou.

Ele ainda explicou que a constância das visitas da equipe Povo das Águas é ponto primordial para o bom desempenho do trabalho odontológico, afinal, assim como ainda acontece na cidade, a figura do dentista é bastante temida e o ganho de confiança, a relação que se forma entre o ribeirinho e o profissional ajuda imensamente em qualquer ação dessa natureza.

CONT.



“Trabalhamos esse acolhimento. Hoje, conhecemos um a um pelo nome. Formamos ao longo desses anos, uma relação de amizade e confiança que é fundamental ao atendimento odontológico. É dessa forma que a gente busca driblar essa desconfiança que é uma característica de comunidades que vivem distantes”, comentou Cláudio sobre o que, segundo ele, é uma das maiores recompensas do trabalho realizado junto às comunidades pantaneiras atendidas pelo programa Povo das Águas.

Além da assistência odontológica, o Programa oferece aos ribeirinhos demais atividades formuladas pela Secretaria Municipal de Saúde, bem como pelas secretarias de Educação, Produção Rural e de Assistência Social e Cidadania, além da Defesa Civil e da Fundação do Meio Ambiente. Participam do programa médicos, dentistas, enfermeiras, vacinadoras, assistentes sociais, pedagogas, professoras, agentes comunitários de saúde, agentes de endemias, agentes de Defesa Civil, além de agentes ambientais do Município.

O Povo das Águas tem possibilitado à Prefeitura promover o desenvolvimento comunitário integrado e sustentável nas comunidades das regiões das águas, envolvendo todos os segmentos públicos, sociedade civil organizada e colaboradores para atendimento à população residente em áreas de difícil acesso, por meio de serviços de qualidade, como forma de minimizar as adversidades e proporcionando o exercício da cidadania.



Boletim de Notícias - Edição nº 143 / 2014

Brasília, 18 de agosto de 2014.

Pesquisadores da USP desenvolvem máquina de gelo solar

SÍTIO RADIOAGÊNCIA NACIONAL, 18.08.2014

Imagine ter que viajar 18 horas em um barco para comprar gelo. Essa é a realidade de famílias de comunidades ribeirinhas do Amazonas que trabalham com a pesca.

E foi pensando em facilitar a vida dessas pessoas que um grupo de pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) criou uma máquina de gelo solar para conservar a produção de peixe.



Rodrigo assina ordem de serviço para construção da rampa do rio Tarauacá
SÍTIO AC 24 HORAS, 18.08.2014

O prefeito de Tarauacá, Rodrigo Damasceno, e o vice-prefeito Chagas Batista, assinaram a ordem de serviço para a construção da rampa de acesso do Rio Tarauacá. Serão investidos R\$ 500 mil.

A obra terá cerca de 3,5 metros de extensão e contará com pavimentação em lajes, com concreto armado, iluminação, além de sinalização horizontal e vertical. A rampa será construída na Rua Quintino Bocaiúva, ao lado do Mercado Municipal Domingos Rêgo Leite. O objetivo é facilitar o acesso para o escoamento da produção dos ribeirinhos.

O cronograma de trabalho prevê duas etapas. Na primeira, foram executados os serviços de terraplanagem. Na segunda, acontecerá a construção das lajes, instalação da iluminação e de outros itens previstos no projeto.

Após a solenidade, o prefeito fez uma caminhada pelo mercado, cumprimentando as pessoas e explicando os serviços que serão realizados, tais como a reforma do Mercado Municipal, no valor de R\$ 500 mil, bem como a construção do Mercado do Peixe, no valor de R\$ 650 mil. "O início desta obra era muito esperado pela população. Além de melhorar a mobilidade, vai beneficiar os produtores para o escoamento da produção. Será uma rampa útil para o acesso dos ribeirinhos desembarcarem e estacionarem seus barcos. Queremos sempre estar juntos do povo", concluiu Rodrigo Damasceno.

Para o vice-prefeito, Chagas Batista o momento é regado de muita alegria, e a construção da rampa é a concretização de um sonho antigo. "É por isso, que estamos com várias obras de serviços na zona rural. Temos a consciência de que não podemos chegar a todos os lugares ao mesmo tempo, mas o trabalho está acontecendo e iremos intensificar mais ainda as ações em prol do homem do campo", finalizou Batista.

#Eleições2014 Marina Silva e a Questão Indígena: o que pode vir por aí?

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 18.08.2014



Como todos sabem, na semana passada houve uma grande reviravolta na corrida pelo posto de próximo presidente da República. Com a morte do candidato pelo PSB, Eduardo Campos, o posto deve ser assumido por sua vice na chapa, Marina Silva. Marina entra na disputa com chances reais de superar o número de votos de Aécio Neves no primeiro turno das eleições e forçar um segundo turno contra a atual Presidente Dilma Rousseff. Fica então a pergunta: como seria um eventual governo Marina Silva em relação à Questão Indígena?

Mas apesar do cenário sombrio, Marina Silva na presidência pode ser a solução definitiva para a atual Questão Indígena.

Marina é uma aliada histórica, não apenas da causa indígena, mas também e sobretudo das ONGs indigenistas. Caso assuma a presidência em janeiro, a tendência é que entregue o governo a pessoas ligada às ONGs. Postos como Casa Civil, Secretaria Geral, Ministério da Justiça e Funai devem ser ocupados por gente alinhada com o movimento indigenista radical. Em se confirmando esse cenário, o Estado brasileiro deve ser usado por essa turma para forçar a demarcação das terras indígenas que ainda faltam o mais rápido possível.

Na cabeça deles, o "agronegócio quer expandir seus domínios sobre as terras dos índios" e é urgente resolver logo esse "problema" antes que "eles" mudem as leis. Esse diagnóstico é uma completa imbecilidade.

Os conflitos que ocorrem no campo hoje por causa da demarcação de Terras Indígenas tem

CONT.



origem no movimento oposto, são os indigenistas que querem expandir as terras indígenas sobre áreas ocupadas com incentivo do estado por pequenos produtores rurais não indígenas.

Os indigenistas de Marina Silva têm uma leitura completamente equivocada do assunto. Razão pela qual não conseguem perceber os efeitos colaterais, socialmente deletérios, decorrente do atual processo de demarcação.

Quanto mais eles forcarem a aplicação da lei atual, e eles forçarão, mais violência emergirá no campo contra pessoas de etnia não indígena e mais forte ficará o caldo de cultura necessário a uma mudança na legislação indigenista.

Por outro lado, Marina Silva terá que Governar sem o Congresso Nacional. Ela não se percebe, mas é profundamente sectária e autoritária. Razão pela qual fechou as portas de um eventual governo ao PMDB, PSDB e PT. Ou seja, não terá como fazer passar nada Congresso. Muito ao contrário, verá o Congresso Nacional, vez por outra, se impor sobre o Executivo.

Se Marina Silva vencer as próximas eleições é muito provável que a violência no campo decorrente das demarcações de Terras Indígenas aumente. Mas o aumento da violência, os impasses crescentes e um Congresso de maioria oposicionistas podem resultar numa mexida no Capítulo dos direitos indígenas da Constituição Federal e no processo de demarcação de Terras Indígenas.

A leitura da equipe do Questão Indígena é a de que um eventual governo Marina Silva resultará em mais violência no campo da qual decorrerá o ambiente político necessário a uma alteração nas leis que tratam de demarcação de Terras Indígenas.

A foto é de Wilson Dias, da Agência Brasil



Agricultores expulsos pela Funai de área demarcada no Maranhão foram enganados por Gilberto Carvalho

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 18.08.2014

Produtores rurais expulsos da terra pelo Governo no processo de expurgo étnico de uma área demarcada no Maranhão se dizem enganados pelo Governo. Sob pressão da Secretaria Geral da Presidência da República, o ex-superintendente do Incra no Maranhão, José Inácio Rodrigues, assumiu a responsabilidade perante o Ministério Público e a Justiça Federal de assentar as mais de mil famílias expulsas da Terra Indígena Awá Guajá, mas ninguém foi reassentado até agora.

Nós avisamos que isso aconteceria. As lideranças das famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais farão uma mobilização em São Luís na próxima terça-feira (19) em busca de uma solução definitiva para a problemática. O grupo pretende ocupar a sede do Incra em São Luís por tempo indeterminado e interditar a BR-316, como pressão para que tenham garantidos as promessas feitas pelo Governo Federal.

Os líderes do movimento afirma que o Incra tem usado a desculpa de estar aguardando respostas e recursos do Governo Federal para postergar o reassentamento das famílias. Eles afirmam que foram vítimas do engodo e da mentira ao ex-superintendente José Inácio Rodrigues, que disputa uma vaga na Câmara dos Deputados.

O líder sindical Chico Miguel, presidente da Fetaema, que ajudou o Governo a retirar os trabalhadores da área pretendida pela Funai, diz estar bastante preocupado com a situação. Segundo ele, os trabalhadores e trabalhadoras rurais deixaram a área Awá Guajá, na certeza de que seriam assentados em outro local.



Lins, SP, inaugura museu com acervo arqueológico indígena
SÍTIO SISEM/SP, 18.08.2014

Quase 10 mil peças estão expostas no local. Pontas usadas nas flechas têm mais de oito mil anos.

Os moradores da região de Lins, SP, inauguraram no dia 4 de agosto um museu na cidade. Ele foi montado na antiga Estação Ferroviária e reúne, entre outras coisas, um acervo arqueológico indígena. A novidade é o setor onde os visitantes deixam sua própria marca na história. O reencontro com o passado começa com apresentações dos primeiros habitantes da região. A cada quatro meses o museu exibirá uma exposição diferente.

O acervo do local tem quase 10 mil peças. Muitas delas encontradas em regiões que concentram vestígios de antigas civilizações, conhecidos como sítios arqueológicos. Pontas usadas nas flechas têm mais de oito mil anos. Outro objeto, que era usado para armazenar alimentos foi encontrado há 150 anos.

Um sítio arqueológico construído para as crianças faz com que elas descubram com as próprias mãos como funciona o trabalho dos pesquisadores. Para contar a história da cidade, o museu de Lins recebeu também um acervo arqueológico do Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos, da Universidade de São Paulo, a USP. São objetos encontrados há quase 100 anos.